

O FEMININO COMO METÁFORA DA NATUREZA

BILA SORJ

A sociologia nos ensina a pensar que a diferenciação entre **cultura e natureza**, i.e., entre aquilo que é feito pelos seres humanos e aquilo que se encontra mais além deste poder humano, é uma definição interna das culturas (Bauman, 1990). Aliás, a própria distinção entre elas é uma invenção histórica que muitos consideram como a marca conspícua da sociedade moderna. Ao contrário, sob as condições prevalentes no mundo pré-moderno, o conjunto dos objetos da experiência humana era percebido como parte de um cosmo divino, onde o lugar das coisas e das pessoas estava pré-ordenado e destinado a permanecer como tal para sempre. Não havia razão, portanto, para distinguir entre cultura e natureza, leis naturais e leis feitas pelos humanos, ordem natural e ordem humana.

Por volta do século XVI, entretanto, em certas partes da Europa Ocidental, esta visão harmoniosa e monolítica do mundo começa a se desintegrar. As distinções sociais e as discriminações passam a ser examinadas, e, acima de tudo, se tornam objeto de intervenção consciente, organizada e especializada. Aos poucos, vai-se tornando evidente que a ordem social, diferentemente das florestas, mares e rios, é um produto humano. As divisões humanas não parecem mais naturais e podem ser melhoradas ou pioradas. Esta nova imagem coloca a natureza e a sociedade à parte. O que se descobre, na verdade, não é a natureza, nem tampouco a sociedade, mas a distinção entre elas. Especialmente, a distinção entre as práticas que cada uma permite ou exige. A condição humana aparece cada vez mais como produto da lei, da administração e manipulação deliberada, enquanto que a natureza assume o papel de um grande depósito de tudo aquilo que os poderes humanos não podem ou não ambicionam moldar; tudo aquilo que é visto como governado por uma lógica própria.

O divisor de águas preciso entre estas duas esferas varia segundo os povos e depende das habilidades e conhecimentos disponíveis e da vontade de desenvolvê-los no intuito de expandir o reino da cultura. O desenvolvimento da ciência e tecnologia nos oferece inúmeros exemplos da ampliação do âmbito da cultura sobre o que antes era considerado como próprio da natureza.

Mas o paradoxo deste processo é que a cultura, embora seja uma atividade humana, nos aparece como que regida por leis da natureza, como uma fatalidade da qual não podemos nos esquivar. Ela parece tão natural quanto a natureza mesma.

O movimento feminista e os estudos feministas significaram um forte desafio ao artilho da cultura. Por um lado, deslocaram-se as explicações das diferenças que marcam a condição de mulheres e homens na sociedade do reino da natureza para o da cultura, ou seja, a discriminação entre os sexos não se encontra pré-determinada, enraizada na constituição do corpo humano, mas é socialmente construída. E, por outro, considerou-se que as diferenças sociais entre homens e mulheres, que parecem tão naturais quanto as diferenças biológicas entre os órgãos sexuais masculino e feminino e as funções reprodutivas, podem mudar e mudam.

Esta percepção de que o lugar social de homens e mulheres se funda numa ordem artificial e, portanto, passível de manipulação humana, abre a possibilidade de uma avaliação crítica das diferenças sociais entre os sexos. O movimento feminista foi precisamente a expressão, ao nível da política, de uma nova identidade das mulheres (ou de suas protagonistas) e da apresentação dos interesses que desta decorrem.

Mais concretamente, os movimentos feministas fizeram do ideário igualitarista sua linguagem política, em sintonia com outros grupos sociais que se consideravam excluídos dos benefícios da sociedade moderna. Advogaram a universalidade da dignidade humana contra as desigualdades de poder estruturadas ao redor das diferenças sexuais. A expansão dos direitos civis, a entrada das mulheres no mundo público, institucional e ocupacional, podem ser creditadas, em grande medida, aos movimentos de liberação das mulheres que proliferaram neste século e, mais fortemente, nas três últimas décadas, em quase todas as partes do mundo.

Esses movimentos, que podemos chamar de igualitaristas, independentemente de suas enormes diferenças internas, podem ser unificados analiticamente e por contraste com uma nova corrente denominada 'feminismo da diferença', 'pós-feminismo', 'eco-feminismo'.

Neste ensaio, gostaríamos de discutir duas concepções desta última corrente: a oposição entre a esfera pública e privada, que parece ser o lugar da formação de identidades, culturas e éticas distintas entre homens e mulheres, e a relação entre feminino e natureza, que permitiria privilegiar o papel das mulheres na luta ecológica.

Público x Privado

O movimento feminista, desde o século passado, procura argumentar que a exclusão das mulheres da vida política e da esfera pública contradiz o ideário liberal de igualdade e emancipação universal. Este movimento vai identificar a liberação das mulheres com a expansão dos direitos civis e políticos para colocá-las em pé de igualdade com os homens.

Análises feministas recentes, entretanto, consideram que a emancipação das mulheres no mundo contemporâneo passa por uma ruptura radical com a tradição moderna, especialmente no que diz respeito à vida política e moral (Young, 1988). Alegam que os ideais de igualdade formal e racionalidade universal são profundamente enviesados por uma visão masculina do ser humano e da natureza da sociedade. A dominação masculina não seria apenas um desvirtuamento da vida política moderna, mas constituiria a própria modernidade. Alegam que, ao construir um ideal de esfera pública e instituições políticas fundadas numa moral racional, pretensamente imparcial e universal, a sociedade moderna teria desvalorizado e excluído a experiência moral das mulheres mais particularista, específica e afetiva. Incorporar as mulheres à esfera pública significaria exigir delas que abandonassem sua identidade particular em nome de uma universalidade que lhes é alheia.

Esta reflexão feminista encontrou nas pesquisas de C. Gilligan (1982) um forte ponto de apoio para afirmar a existência de uma ética feminina em relação a princípios de justiça e igualdade, diferente da masculina. Enquanto que os homens vivenciam o mundo mais em termos de separação e independência, o que é mostrado pela tendência a se construírem leis baseadas em direitos que delimitam a fronteira entre o *self* e o outro, a experiência das mulheres seria mais centrada no cultivo de conexões e interdependência, construindo relações morais baseadas nos cuidados com os outros.

Rosiska Darcy de Oliveira (1991) no seu livro, Elogio da diferença: o feminino emergente, faz uma defesa veemente desta nova percepção do movimento feminista, surgida nos anos oitenta, e que consistiria em:

1 – reconhecer que o ‘feminismo da igualdade’ envolveu um alto custo para as mulheres;

2 – afirmar que “as mulheres são diferentes dos homens porque no centro de sua existência estão valores outros: a ênfase no relacionamento interpessoal, a atenção e cuidado com o outro, a proteção da vida, a valorização da intimidade e do afetivo, a gratuidade das relações. Em uma palavra, uma identidade que provém da interação com outros. Daí serem as mulheres mais intuitivas, sensíveis e empáticas”¹.

3 – reconhecer que o ingresso das mulheres no mundo público teria gerado uma crise psicossocial vinculada a um conflito de identidade proveniente das exigências contraditórias de dois modelos de vida distintos: “dilatadas por pertencerem, simultânea e conflituosamente, ao espaço privado,

1. Darcy de Oliveira (1991), p. 103.

ao mundo do lar e da família, regido pelas emoções, pelos sentimentos e pela afetividade, e ao espaço público, ao mundo do trabalho regido pela agressividade, pela competitividade e pelo princípio do rendimento, as mulheres descobrem que o acesso às funções masculinas não basta para assentar a igualdade e que a igualdade, compreendida como integração unilateral no mundo dos homens, não é liberdade"².

4 – evidenciar que, deste mal-entendido, as mulheres passam a descobrir a cultura feminina baseada fundamentalmente na experiência da maternidade, de cuidados e responsabilidade com a vida de um outro ser. Agora, "... a contestação feminina anuncia que as mulheres não são inferiores, mas também não são iguais a eles e que essa diferença, longe de representar uma desvantagem, contém um potencial enriquecedor da cultura"³.

5 – portanto, cabe às mulheres "... dizer à sociedade a riqueza do universo feminino, até agora oculta porque gratuita, mas também porque não dita, não reconhecida pelas próprias mulheres"⁴.

Gostaríamos de levantar algumas dificuldades encontradas nas colocações feitas pelo 'feminismo da diferença'.

Primeiramente, a rigidez com que a oposição entre o mundo público e o privado, e seus conteúdos existenciais, são tratados. Esta polaridade tradicional do discurso filosófico liberal é reproduzida pelo novo discurso feminista, apesar deste último criticar o primeiro naquilo em que foi omissivo quanto ao gênero. Teríamos, assim, um mundo público como o território da razão masculina, enquanto o mundo privado seria a zona livre do afeto e da solidariedade. Cabe perguntar se essa representação encontra respaldo na realidade. Procuraremos argumentar que esta oposição não é tão rígida quanto se supõe e que um dos processos sociais contemporâneos mais poderosos é, justamente, a desprivatização do modelo de família que, supostamente, ofereceria as bases sociais para a formação de uma identidade especificamente feminina.

A representação do mundo público ou do mercado como isentos de afeto, emoções e relações intersubjetivas está muito longe da realidade da vida política e econômica da sociedade moderna. A política, apesar de muitas racionalizações, é toda ela perpassada de valores subjetivos, emoções conflitantes, forças emotivas. A vida econômica, igualmente, está longe de ser o reino exclusivo da racionalidade, infiltrada que está de

2. Op. cit. p. 73.

3. Op. cit. p. 71

4. Op. cit. p. 102.

dimensões intuitivas, desejos e ambições. Da mesma forma, representar as relações familiares como o reino do afetivo, da intimidade e da gratuidade nos parece extremamente parcial. Foi justamente a ideologia da domesticidade, construída nestes termos, que o feminismo procurou criticar ao revelar a intensa carga de conflitos, ódios, violências e competição presentes nas relações familiares. Foi sempre este o lado obscuro, não dito, não reconhecido da vida doméstica que as mulheres tiveram tantas dificuldades em exibir e reconhecer para si próprias, por vezes, como vítimas e, outras vezes, como agentes desses sentimentos e práticas. É essa ambivalência da vida familiar que a torna uma instituição tão difícil de ser analisada.

Um exame menos preconceituoso da divisão entre o público e o privado nos permitiria captar a interpenetração destas duas dimensões do mundo social. Talvez fosse mais interessante refletir sobre a articulação entre essas duas esferas – por exemplo, entre a economia mercantil e a família nuclear – e como ela favorece as desigualdades sociais entre homens e mulheres.

Concluindo sobre esta primeira concepção, diríamos que a polaridade público x privado, construída pelo 'feminismo da diferença' para justificar uma diferença radical da condição feminina, acaba por construir uma metafísica do feminino. Esta dualidade congela características que se encontram de maneira mais predominante, ou de forma mais aguda, em um ou outro grupo, mas sobre as quais nenhum grupo de gênero possui monopólio, nem da experiência, nem dos valores a elas associados. Se o pensamento funciona em termos de oposições, a força do pensamento crítico é a de não transformá-las em camisa de força ou de meramente inverter a hierarquia de valor, mas, ao contrário, de aprofundar nossa visão de como estes pólos se interpenetram na vida social, o feminino no masculino, o privado no público, e vice-versa.

Esta última perspectiva nos parece mais adequada, inclusive, para compreendermos a erosão das fronteiras entre as esferas pública e privada no mundo contemporâneo, que é o segundo ponto de que vamos tratar. O 'feminismo da diferença', quando exagera o divórcio entre ambas, encontra-se mal preparado para compreendê-las.

Um dos processos sociais mais importantes nas sociedades atuais tem a ver com a desprivatização do modelo de família burguesa que conhecemos. Certas zonas da vida cotidiana, consideradas como adequadamente reguladas pelo poder privado da família patriarcal, estão sendo crescentemente submetidas a formas mercantis de troca e à intervenção do Estado. No caso dos serviços domésticos, por exemplo, a privacidade da família se vê cada vez mais infiltrada por um conjunto de políticas sociais e serviços: escolarização obrigatória em idade cada vez mais precoce, produ-

tos de consumo industrializados substituindo a produção doméstica, apoio de especialistas como terapeutas agenciando a melhoria da qualidade da comunicação entre os membros da família, e tantos outros.

Esta crescente dependência da família a várias agências externas vem dando às mulheres novas experiências no espaço doméstico, de como lidar com a economia mercantil, com funcionários estatais, com profissionais especializados em relações afetivas, mesmo quando sua ação restringe-se tão-somente ao espaço doméstico. Ou seja, a mulher não necessita mais sair para o mundo do trabalho para ter contato com o mundo público, lá fora. A consequência disto é que o mundo privado, doméstico, cada vez menos se diferencia do mundo público e da economia de mercado e, portanto, sua capacidade mesma de produzir aí uma identidade distinta vem se enfraquecendo acentuadamente.

O terceiro ponto que gostaríamos de ressaltar se refere à crise psicossocial que Darcy de Oliveira aponta como resultado do ingresso das mulheres no mundo masculino. Esta crise parece-nos ser um fenômeno datado e socialmente circunscrito a uma classe e geração de mulheres para as quais os mundos público e privado encontravam-se muito distanciados. A questão que parece relevante, hoje, é se as novas gerações de mulheres efetivamente vivem suas dificuldades como produto das exigências contraditórias entre o mundo doméstico e o mundo lá de fora, ou – o que é mais plausível – como resultado daquelas dimensões que os articulam e mantêm as mulheres numa posição subordinada.

Não fica muito claro o que o 'feminismo da diferença' deseja: será o caso de as mulheres manterem suas tarefas tradicionais, mas livres do seu sentido subordinado e desvalorizado, ou de desaparecer a divisão sexual das tarefas? Em relação à divisão entre o público e o privado, a questão, igualmente, seria o que se pretende: uma valorização na esfera pública das atividades, valores, cultura e ética privados, anteriormente desprezados, ou uma superação das distinções, isto é, uma utopia sem uma esfera pública de competição, agressividade e rendimento? No primeiro caso, qual lógica social levaria à manutenção dos valores e atividades tradicionalmente masculinos, a uma posição subordinada e que, em contrapartida, valorizasse tudo aquilo que expressa o feminino? No segundo caso, a proposta de uma feminização da vida social não seria ela também uma visão totalitária da cultura, justamente uma negação da diferença?

Natureza e cultura

A distinção entre natureza e cultura e, especialmente, as práticas que cada uma delas autoriza, é um assunto em constante disputa entre as

ciências, as religiões, os políticos, os agentes econômicos, os governos etc. Recentemente, o movimento ecológico se constituiu em mais um grupo em condições de oferecer uma definição desta divisão, em contraposição às representações até então dominantes. Alertando para o caráter não inesgotável dos recursos da Terra e da fragilidade de seu equilíbrio, os ecologistas lutam pela redefinição da relação entre homens e mulheres e a natureza.

O 'eco-feminismo' ou o 'feminismo da diferença' consideram que as mulheres teriam um lugar privilegiado na luta ecológica porque a vivência no mundo doméstico as protegeu da lógica produtivista e da cultura industrialista. Darcy de Oliveira (1991) destaca esse papel das mulheres ao afirmar que "quando a humanidade se dá conta da necessidade de retomar o diálogo com a natureza depois de um fracassado projeto de se desvencilhar dela ou de ignorá-la, talvez seja pela mediação do feminino emergente que esta retomada de contato se possa dar"⁵. Isto porque "o diálogo com a natureza pressupõe um *aggiornamento* que parece mais fácil às mulheres, que dela menos se distanciaram"⁶.

A forma como se pretende justificar a participação e, possivelmente, o poder que as feministas buscam alcançar no interior do movimento ecológico, parece-nos muito problemático.

Pretende-se valorizar o papel das mulheres na medida em que se aproxima o feminino da natureza ou, em outras palavras, seria em virtude da experiência no domínio doméstico, especialmente da maternidade, que as mulheres estariam mais capacitadas à crítica ecológica? Aqui, defrontamos novamente com a questão da ênfase na singularidade da experiência feminina, que produz uma definição do feminino e acaba por gerar um discurso essencialista. Uma reflexão mais adequada deveria levar em conta que as mulheres, ao mesmo tempo em que são sujeitos situados nos papéis sociais, possuem, entretanto, uma subjetividade humana que sempre excede ou transborda os limites da identidade de gênero. O envolvimento das mulheres e das feministas na luta ecológica se deve muito menos à vivência feminina do lar e da família – mesmo que o 'eco-feminismo' encontre aí afinidades – e muito mais ao acesso ao mundo público, onde ganharam experiência política, uma visão mais ampla e diversificada dos problemas humanos, confiança para criticar a cultura e propor mudanças.

Alguns comentários poderiam ainda ser feitos sobre a crítica que o 'eco-feminismo' faz às contribuições da ciência, especialmente na área da reprodução humana. Acusa-se a ciência de descobrir meios de controle, coerção e destruição terríveis e de se servir deles sem qualquer preocupação

5. Op. cit. p. 16.

6. Op. cit. p. 17

humanitária ou ecológica. Mas a contribuição do pensamento e da prática científica tem sido muito mais complexa do que esta avaliação supõe. O próprio feminismo percebeu uma *relação positiva* entre a ciência e a emancipação das mulheres. As análises feministas da revolução dos costumes, iniciada na década de sessenta e, principalmente, do movimento de liberação das mulheres, têm reconhecido um lugar de destaque para a descoberta e generalização de novos métodos contraceptivos que, de modo geral, liberaram a sexualidade feminina dos estreitos limites da reprodução. Da mesma forma, a crítica que as eco-feministas manifestam, frente aos métodos de inseminação artificial ou de esterilização, contrapõe-se ao antigo *slogan* do movimento feminista *nosso corpo nos pertence*, que procura enfatizar a liberdade de escolha das mulheres sobre a procriação, em contraposição ao eco-feminismo que procura prescrever opções e métodos 'politicamente corretos'. Certamente, a ciência, os cientistas e suas práticas devem ser permanentemente acompanhados e discutidos pela sociedade e pelos movimentos de mulheres, principalmente quando intervem sobre o sistema genético e as formas avançadas de reprodução, que têm impactos colossais sobre o futuro da espécie humana.

Finalmente, a ênfase na dimensão natural do feminino deve ser tratada com muita cautela porque foi justamente ao redor desta idéia que se construiu um sistema de discriminações e exclusões, não apenas com relação ao gênero como também à raça e a vários povos. Mais ainda, atribuir ao natural uma dimensão absolutamente virtuosa é partilhar de uma visão romântica que desconhece que a natureza tanto pode ser fonte de vida como de morte, de criação como de destruição, de prazer como de sofrimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z.. Thinking Sociologically, Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- DARCY DE OLIVEIRA, R.. Elogio da Diferença: o feminino emergente, São Paulo: Brasiliense, 1991.
- GILLIGAN, C.. In a Different Voice. Psychological theory and womens development. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- YOUNG, I.M. "Impartiality and the civic public: some implications of feminist critique of morals and political theory". In: BENHABIB, S., CORNELL, D. Feminism as critique: on the politics of gender. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980.